Mestre António João Freitas Gomes da Silva — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 18 de Fevereiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 210.

Mestre Rui Fernando da Luz Marcelino — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, sem exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Mestre Pedro Jorge Sequeira Cardoso — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 195.

Mestre Paulo Jorge Maia dos Santos — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 195.

6 de Janeiro de 2006. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 2156/2006 (2.ª série). — Por despachos de 4 de Janeiro de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, proferido por delegação de competências:

Doutor Viktor Grigorovitch Kravchenko, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 4 a 6 de Janeiro de 2006.

Doutor Hermenegildo Augusto Vieira Borges de Oliveira, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 4 a 12 de Janeiro de 2006.

Doutora Alice Newton, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante os períodos de 19 a 21 e de 23 a 27 de Janeiro de 2006.

Doutora Andreia de Sousa Fernandes, professora auxiliar convidada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 29 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 2006.

Doutora Maria do Carmo Raposo de Medeiros, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País durante o período de 19 de Fevereiro a 1 de Março de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 1012/2006 (2.ª série). — *Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra — alteração.* — Pela deliberação do senado da Universidade de Coimbra n.º 96/2005, de 7 de Dezembro, foi aprovada a alteração do artigo 12.º, n.º 5, do Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra, a qual se transcreve:

«Artigo 12.º

5 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato, afixado em local próprio na Faculdade em que as provas foram requeridas e nos Serviços Centrais da Universidade e publicitado também na página da Internet da Faculdade e da Universidade.»

Transcreve-se na íntegra o Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra, com a alteração introduzida:

«Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra

Artigo 1.º

Grau de doutor

1 — O grau de doutor é concedido pela Universidade de Coimbra, em cada uma das suas faculdades, com referência ao ramo de conhe-

cimento correspondente ao objecto principal em que se insere a respectiva prova.

2 — Os ramos de conhecimento e as respectivas especialidades em que a Universidade de Coimbra concede o grau de doutor são objecto de aprovação pelo senado, sob proposta dos conselhos científicos das respectivas faculdades ou entidades equivalentes.

3 — Excepcionalmente, poderá ser conferido o grau de doutor em áreas de conhecimento que não correspondam a uma faculdade.

Artigo 2.º

Habilitação de acesso

1 — O candidato a doutoramento deve ter a licenciatura correspondente ou outra que o conselho científico entenda assegurar formação suficiente para aquele acto.

2 — Podem candidatar-se ao grau de doutor:

- Os licenciados com a classificação final mínima de 16 valores;
- Os titulares do grau de mestre, ou equivalente;
- Os assistentes que tenham sido aprovados em provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

3 — Podem também candidatar-se ao grau de doutor os detentores de um currículo científico, académico e profissional que ateste capacidade para a habilitação ao grau de doutor, precedendo apreciação curricular pelo conselho científico da faculdade ou pela respectiva comissão coordenadora, quando exista, aprovada pela maioria dos membros em exercício.

Artigo 3.º

Candidatura a doutoramento

1 — Os candidatos a doutoramento devem dirigir um requerimento ao presidente do conselho científico da faculdade respectiva formalizando a sua candidatura.

2 — O requerimento de candidatura deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Documento comprovativo de que o candidato reúne as condições a que se refere o artigo 2.º;
- Curriculum vitae* actualizado;
- Indicação do ramo de conhecimento e da especialidade;
- Indicação do orientador ou orientadores, quando existam, salvo se o candidato se apresentar sob sua exclusiva responsabilidade;
- Termo de aceitação do orientador ou orientadores, quando existam;
- Plano de trabalhos da investigação proposta subscrito pelo orientador ou orientadores, quando existam, e pelo candidato.

3 — Os candidatos que sejam assistentes devem apresentar a sua candidatura até ao termo do terceiro ano do respectivo contrato.

Artigo 4.º

Aceitação da candidatura

1 — A deliberação sobre o requerimento de candidatura deve ter lugar nos 30 dias subsequentes à sua entrega.

2 — A recusa da candidatura apenas pode ter como fundamento a falta dos pressupostos legalmente exigidos.

3 — No acto de aceitação da candidatura pode o conselho científico impor ou recomendar ao candidato a frequência e aprovação em unidades curriculares inseridas na estrutura de cursos de pós-graduação ou outros leccionados na Universidade.

Artigo 5.º

Designação do orientador

1 — A preparação do doutoramento deve efectuar-se sob a orientação de um professor ou investigador da Universidade de Coimbra, ou do estabelecimento de ensino superior ou de investigação, nacional ou estrangeiro, reconhecido como idóneo pelo conselho científico da respectiva faculdade.

2 — Poderá haver dois orientadores, sendo um deles obrigatoriamente da Universidade de Coimbra.

3 — O conselho científico designa o orientador, ou orientadores, sob proposta do candidato e mediante aceitação expressa da pessoa proposta.

Artigo 6.º

Registo do tema e do plano da dissertação

1 — Aceite a candidatura, o candidato deve proceder ao registo do tema da dissertação e do respectivo plano junto dos serviços com-